

CONTRATO CEDAE N.º 020 /2019 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **MICROWARE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **MICROWARE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA**, sediada na Rua James Watt, n.º 142, Conjunto 42, 4º andar, Brooklin Novo, São Paulo - SP, CEP n.º 04.576-050, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.724.795/0001-43, neste ato por meio de sua Sócia Administradora ao final assinada, Sr. KÁTIA MARIA MATTOS TAVARES VALENTE DOS REIS, Brasileira, Casada, portadora da Carteira de Identidade n.º 565.165-1 (SSP/SP), inscrita no CPF sob o n.º 817.130.967-49, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no processo administrativo n.º **E-07/100.343/2018**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 385/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Decreto Estadual n.º 42.063/2009, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MÁQUINA MULTIFUNCIONAL DE GRANDE PORTE – PLOTTER COM SCANNER"**.

Item	Descrição	Quant. (UN)	Marca/Modelo
01	Plotter com Scanner de 42". Especificações conforme Normatização n.º 1028 contida no Anexo II do Edital.	01	HP/impressora multifuncional DJ SD Pro 44"

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da CEDAE:

a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;



- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **385/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2019**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016  
Código Orçamentário: 44.90.52.18  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 151110013  
Centro de Custos: DT00000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2019000402

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 71.853,45** (setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

Item	Descrição	Quant. (UM)	Marca/Modelo	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Plotter com Scanner de 42". Especificações conforme Normatização nº 1028 contida no Anexo II do Edital.	01	HP/impressora multifuncional DJ SD Pro 44"	71.853,45	71.853,45

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**



O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

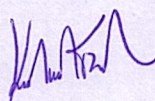
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CEDAE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CONTRATADA se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CEDAE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ 71.853,45 (setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos)** em parcela única, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.





**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

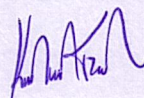
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:





a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO SEXTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO NONO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O valor das multas previstas na alínea "b", do item 17.1, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:



- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

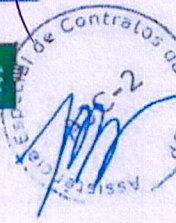
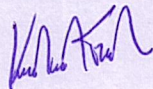
**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.



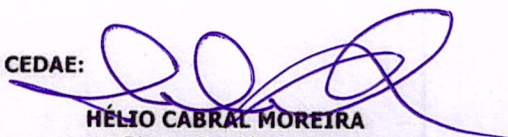


**PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO-** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

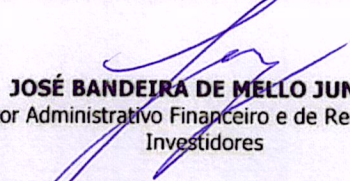
**PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO-** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

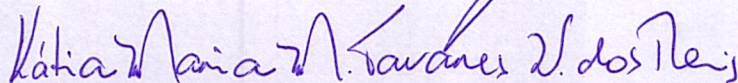
Pela **CEDAE**:

  
**HÉLIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Presidente

Rio de Janeiro, 26 de Febrero de 2019 .

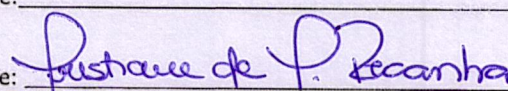
  
**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com  
Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**KÁTIA MARIA MATTOS TAVARES VALENTE DOS REIS**  
Sócia Administradora

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome:  RG: 10214175-1

Ref. Contr-MICROWARE-TECNOLOGIA-DI-INFORMACAO-aquisição-aquisição-de-maquina-multifuncional-de-grande-porte-PE-383-2018-PMMPQ



Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 14 de fevereiro de 2019  
**JOSE CLAUDIO CARDOSO URURAHY**  
Diretor-Presidente

Id: 2163353

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 13/02/2019**

**DESIGNA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA FERNANDES**, Agente Administrativo F, como presidente, **SERGIO PINHEIRO DE ALMEIDA**, Engenheiro F, **ANTONIO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVEIRA**, Agente Administrativo F, como membros titulares e **TAYAN CHIMELLI VINAGRE**, Engenheiro B, como membro suplente, **Gerente do Contrato ROGÉLIO PINTO DE MORAES**, Auxiliar de Escritório, bem como **RAUL ROBERTO ROMERO GONÇALVES**, Agente Administrativo F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização para "AQUISIÇÃO DE MÁQUINA MULTIFUNÇÃO DE GRANDE PORTE PLOTTER COM SCANNER", de que trata o Processo nº E-07/100.343/2018, Ordem de Serviço PIFIS nº 23.013/2019.

Id: 2163301

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 13/02/2019**

PROCESSO Nº E-07/100.343/2018 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 385/2018 (ASL-OP), realizado em 18/12/2018.

Id: 2163300

**Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais****SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**  
**DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****ATO DOS DIRETORES-GERAIS****PORTARIA CONJUNTA SEGOV/SECCG Nº 01 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019****DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS NA FORMA QUE ESPECIFICA.**

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E A DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E GOVERNANÇA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.271, de 27 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2019, o Decreto nº 46.566, de 01 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2019 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da execução orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização

**RESOLVEM:**

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - **OBJETO:** Despesas administrativas desta Secretaria de Estado.

II - **VIGÊNCIA:** Data de Início - 13/02/2019 - Término - 31/12/2019.

III - **DE/Concedente:** 14000 - Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais - SEGOV  
**UG - 14010** - Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais - SEGOV  
**UG - 140100** - Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais - SEGOV.

IV - **PARA/Executante:** 21000 - Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG.  
**UG - 21010** - Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG.

UG - 210100 - Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SECCG.  
**V - CRÉDITO:**  
PT. 1401.04.122.0002.2016  
Manutenção e Atividades Operacionais e Administrativas  
Natureza da Despesa 3390 Fonte 100 Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º - De acordo com os termos do Decreto nº 42.436, de 30/04/2010, a prestação de contas dos recursos descentralizados nesta Portaria Conjunta deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Setor de Controle Interno do Órgão Concedente, opinando quanto à regularidade da despesa, observando no que couber às disposições contidas na Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 24, de 10/09/2013.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2019

**DANIEL CORTEZ DE SOUZA PEREIRA**  
Diretor-Geral de Administração e Finanças da SEGOV

**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças da SECCG

Id: 2163162

**Secretaria de Estado de Fazenda****SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****POSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 08/02/2019**

**CONTRATO Nº 004/2017** - Tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/056/143/2014, fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 004/2017, celebrado com a empresa EGS ELEVADORES EIRELI passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, inscrito no CNPJ nº 42.488.675/0001-52, sito à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

Id: 2163207

**FUNDO ÚNICO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA****ATO DO GESTOR, DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO****PORTARIA CONJUNTA FAF/SSCS Nº 006 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019****DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.**

O GESTOR DO FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REUBEN DA CUNHA ROCHA, O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, JOSÉ LUIS CARDOSO ZAMITH e O SUBSECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SCS/SECCG, LUIZ FERNANDO RILA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Estadual nº 8.271, de 27 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2019, Decreto Estadual nº 46.566, de 01/01/2019, Decreto Estadual nº 42.436, de 30/04/2010, que estabelece as Diretrizes da política de Comunicação Social e Normas para a Licitação, Contratação e Execução dos Serviços de Comunicação, no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme Processo Administrativo nº E-04/172.000009/2019.

**RESOLVEM:**

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - **OBJETO:** Despesas com publicação de "matéria legal" (avisos de licitação, editais,...).

II - **VIGÊNCIA:** Esta Portaria terá vigência de 01/01/2019 até 31/12/2019.

III - **DE/Concedente:** 2061 - Fundo Especial de Administração Fazendária  
**UG: 206100** - Fundo Especial de Administração Fazendária

IV - **PARA/Executante:** 2100 - Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

**UG: 2102** - Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SCS  
**UG: 210200** - Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança - SCS

**V - CRÉDITO:**

P.T. 2061.04.123.0002.2453 - Apoio ao Programa de Modernização da SEFAZ

Natureza da Despesa 3.3.90.39

Fonte 100

VALOR R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais).

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10, do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 4º, da Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência desta Portaria, bem como apresentar à Concedente cópia, junto com a Prestação de Contas.

**Parágrafo Único** - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFEC em favor do executante sem o cumprimento da obrigação constante do caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor a contar de 1º de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

**REUBEN DA CUNHA ROCHA**  
Gestor do Fundo Especial de Administração Fazendária

**JOSÉ LUIS CARDOSO ZAMITH**  
Secretário de Estado da Casa Civil e Governança

**LUIZ FERNANDO RILA**  
Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

Id: 2163546

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****POSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 08/02/2019**

**CONTRATO Nº 40/2018** - Tendo em vista o que consta no processo nº E-04/172/90/2018 fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 40/2018, celebrado com a RIOMANSER SERVIÇO E MANUTENÇÃO LTDA EPP passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, inscrito no CNPJ nº 42.488.675/0001-52, sito à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

**CONTRATO Nº 022/2017** - Tendo em vista a alteração imposta pelo artigo 4º do Decreto nº 46.566 de 08 de janeiro de 2019, a razão social prevista no Contrato nº 022/2017 celebrado entre o Fundo Especial de Administração Fazendária - FAF da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento - SEFAZ e a empresa P&P TURISMO EIRELI EPP, passa a ser lida na forma abaixo, a partir de 01/01/2019. CONTRATANTE: FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FAF DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ. PROCESSO Nº E-04/056/133/2017

Id: 2163310

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****POSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 14/02/2019**

**ATO DE 18 DE JUNHO DE 2015** - Tendo em vista o que consta do Processo nº E-04/055/557/2015, FICAM RETIFICADAS para Identificação Funcional nº 1940569-3 e matrícula nº 0.294.823-0, no Ato de aposentadoria do servidor VALDIR DA SILVA BRAGA, publicado no D.O. de 22 de junho de 2015

Id: 2163321

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 20/03/2018**

**PROCESSO Nº E-04/141.597/1997** - ARMANDO TAFNER NETO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Id. Funcional nº 1940569-3 e matrícula nº 0.294.823-0, AUTORIZO, para fins de aposentadoria, nos termos do art. 80, inciso VII, do Decreto nº 2478/1979 e a contagem em tempo de 03 (três) meses de licença prêmio não usufruída pelo servidor, correspondente ao período de: 25/10/1990 a 23/10/1995.

Id: 2163167

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 13/02/2019**

**PROCESSO Nº E-04/047/12/2019** - LUCIA SOUSA DE OLIVEIRA, Analista em Finanças Públicas, Id. Funcional nº 5010191-9, AVERBE-SE, para fins de aposentadoria, de acordo com a forma permitida pela Constituição Federal no atual § 9º do art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo prestado como aluno no Colégio Estadual Olavo Bilac, no período de 01/02/1991 a 30/06/1991, 15/07/1991 a 15/12/1991, 01/02/1992 a 30/06/1992, 15/07/1992 a 15/12/1992, 01/02/1993 a 30/06/1993 e 15/07/1993 a 15/12/1993, totalizando 915 (novecentos e quinze) dias de efetivo exercício.

**PROCESSO Nº E-04/042/263/2019** - WANDERLEY MARZANO, Artífice, Id. Funcional nº 3212184-9, AVERBE-SE, para fins de aposentadoria, acréscimo e disponibilidade pelo art. 2º da Lei nº 1258/87, na forma permitida pela Constituição Federal no atual § 9º do art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado ao MINISTÉRIO DO EXERCÍTO BRASILEIRO, no período de 04/02/1980 a 31/01/1981, totalizando 363 (trezentos e sessenta e três) dias de efetivo exercício.

Id: 2163354

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 14/02/2019**

**PROCESSO Nº E-04/141.597/1997** - ARMANDO TAFNER NETO, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 1940569-3, CONCEDE 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.478/79, relativa ao período base de tempo de: 09/10/2010 a 07/10/2015.

Id: 2163295

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE DE 14/02/2019**

**PROCESSO Nº SEI-04/038/000110/2018** - JULIANA SANTOS DE CARVALHO, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5019067-9, CONCEDE 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.478/79, relativa ao período base de tempo de: 25/10/2013 a 23/10/2018.

**PROCESSO Nº SEI-04/038/000350/2019** - ROBSON DE SOUZA CHAGAS JUNIOR, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5019109-8, CONCEDE 03(três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.478/79, relativa ao período base de tempo de: 25/10/2013 a 23/10/2018.

Id: 2163315

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS****RETIFICAÇÃO**  
**D.O. DE 12/02/2019**  
**PÁGINA 04 - 1ª COLUMNA****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 08/02/2019**

**PROCESSO Nº SEI-04/204/000047/2018** - Onde se lê: "...AUTORIZO o pagamento do Auxílio Funeral

Leia-se: "... INDEFIRO o pagamento do Auxílio Funeral

**PROCESSO Nº SEI-04/204/000009/2018** - Onde se lê: "...AUTORIZO o pagamento do Auxílio Funeral

Leia-se: "... INDEFIRO o pagamento do Auxílio Funeral

**PROCESSO Nº SEI-04/204/000007/2018** - Onde se lê: "...EDENILSON LUIZ DOS SANTOS

Leia-se: "... EDENILSON LUIZ DOS SANTOS

Id: 2163166

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****POSTILAS DA SUPERINTENDENTE DE 08/02/2019**

**CONTRATO Nº 036/2014** - Tendo em vista a alteração imposta pelo artigo 4º do Decreto nº 46.566, de 08 de janeiro de 2019, a razão social prevista no Contrato nº 036/2014, celebrado entre o Fundo Especial de Administração Fazendária - FAF da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento - SEFAZ e a empresa TIM S/A, passa a ser lida na forma abaixo, a partir de 01/01/2019. CONTRATANTE: FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FAF DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ. PROCESSO Nº E-04/056/450/2013

**CONTRATO Nº 005/2016** - Tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/056/1388/2014, fica alterada a titularidade do representante do Estado do Rio de Janeiro no Contrato nº 005/2016, celebrado com a empresa RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA passando a consignar doravante como CONTRATANTE, a SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, inscrito no CNPJ nº 42.488.675/0001-52, sito à Av. Presidente Vargas, nº 670 - Centro / Rio de Janeiro / RJ, a partir de 01/01/2019.

Id: 2163192

**SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****DESPACHO DA SUPERINTENDENTE DE 11/02/2019**

**PROCESSO Nº E-04/172/100062/2018** - À vista do conteúdo nos autos do processo, aplico à empresa VELOPRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 08.383.588/0001-22, a penalidade de MULTA DE 4% (quatro por cento) DO VALOR DA NOTA DE EMPENHO Nº 18/NE00415, com fulcro no art. 87, II, da Lei nº 9.896/96 e no item 12.8 do Termo de Referência, em face do atraso de 04 (quatro) dias úteis do prazo para entrega do objeto. Faculta-se à empresa a interposição de recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão e manutenção da decisão acima.

Id: 2163193

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO****ATOS DO SUPERINTENDENTE****PORTARIA SUFIS Nº 469 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019****INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL (PCAN).**

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14 e no Processo nº E-04/033/742/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instaurar Procedimento Administrativo para Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, conforme previsto no art. 62, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14, decorrente da constatação do seu enquadramento do art. 44-B, incisos I e III, c/c o §1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 2657/96:

**RAZÃO SOCIAL:** CLEANIN COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI  
**CNPJ:** 29.892.145/0001-26  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 11.095.15-1  
**ENDEREÇO:** RUA EMERALDA BUECHER 14 LOJA: 10 - CENTRO - São Francisco de Itabapoana - RJ - Brasil - 28230-000  
**NÚMERO DO PROCESSO:** E-04/033/743/2018

Art. 2º - A inscrição estadual do contribuinte arrolado fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, conforme determina o inciso XXI, do art. 55, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2019

**HUMBERTO FELBINGER COSSU DE VASCONCELOS**  
Superintendente de Fiscalização

Id: 2163032

**PORTARIA SUFIS Nº 470 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2019****INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL (PCAN).**

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 62, § 3º, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14 e no Processo nº E-04/033/337/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instaurar Procedimento Administrativo para Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN) do contribuinte, abaixo indicado, conforme previsto no art. 62, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14, decorrente da constatação do seu enquadramento do art. 44-B, incisos I e III, c/c o §1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 2657/96:

**RAZÃO SOCIAL:** PAULO CESAR DA SILVA RECICLAGEM EIRELI - EPP  
**CNPJ:** 24.517.918/0001-70  
**Inscrição Estadual:** 87.132.87-0  
**ENDEREÇO:** RUA ENGENHEIRO RADEMAKER S/N LOTE 5 QUADRA I - MARIA JOSE - Japerá - RJ - 26415-230  
**NÚMERO DO PROCESSO:** E-04/033/337/2018

Art. 2º - A inscrição estadual do contribuinte arrolado fica impedida a partir da data de publicação desta Portaria, conforme determina o inciso XXI, do art. 55, do Anexo I, da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/14.

Art. 3º - O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para interpor recurso ao Superintendente de Fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2019

**HUMBERTO FELBINGER COSSU DE VASCONCELOS**  
Superintendente de Fiscalização

Id: 2163033



## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 020/2019 (DF).  
**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a MICROWARE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MÁQUINA MULTIFUNCIONAL DE GRANDE PORTE - PLOTTER COM SCANNER.  
**PRazo:** 30 (trinta) dias.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 71.853,45 (setenta e um mil oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e cinco centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 26/02/2019.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.343/2018 (Pregão Eletrônico nº 385/2018).

Id: 2166739

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Aditivo nº 12 ao Contrato CEDAE nº 011/2016 (DT).  
**PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO TELAR-CONTRACTA.  
**OBJETO:** Alteração da cláusula décima primeira do contrato original.  
**PRazo:** Sem alteração do prazo contratual.  
**VALOR:** Sem alteração do valor contratual.  
**DATA DA ASSINATURA:** 27/02/2019.  
**FUNDAMENTO:** Processo Administrativo nº E-17/100.373/2014 (CN nº 011/2014 - ASS-8-DP-1.1).

Id: 2166738

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO  
EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam cientes da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.  
Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 38/2019

**REPARTIÇÃO FISCAL**  
AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES  
Avn Presidente Vargas 670/ 2º Andarcentro - CEP 20.071-001  
Rio de Janeiro - RJ

**RICARDO MONTEIRO DA SILVA**  
CPF 75.424.187-42 - Processo nº E-04/034/105561/2018  
Auto de Infração nº 03.576465-3, de 30/09/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**REPARTIÇÃO FISCAL**  
AFE - 00.14 - DE BARREIRAS FISCAIS  
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

**ABRAAO ELIAS BOONE**  
CPF 420.563.577-04 - Processo nº E-04/034/105335/2018  
Auto de Infração nº 03.577439-7, de 22/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**AGUIA DIESEL LTDA**  
CNPJ 2.474.901/0001-40 - Processo nº E-04/034/105526/2018  
Auto de Infração nº 03.576300-2, de 17/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 2.637,92.

**ATIVA MÉDICA CIRÚRGICA EIRELI**  
CNPJ 9.182.725/0001-12 - Processo nº E-04/034/105559/2018  
Auto de Infração nº 03.577292-3, de 11/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 7.411,97.

**JETMAX DISTRIBUIDORA EIRELI**  
CNPJ 28.687.826/0003-51 - Processo nº E-04/034/105442/2018  
Auto de Infração nº 03.578317-4, de 26/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 5.943,97.

**OPPORTUNITY TRANSPORTES E MUDANÇAS EIRELI**  
CNPJ 20.336.725/0001-62 - Processo nº E-04/034/105545/2018  
Auto de Infração nº 03.572930-0, de 09/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 2.112,22.

**ORTOPEDIA MONUMENTO LTDA**  
CNPJ .933.484/0001-21 - Processo nº E-04/034/105402/2018  
Auto de Infração nº 03.575381-3, de 23/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.896,98.

**TRANSPORTES E LOGÍSTICA N&N LTDA**  
CNPJ 14.202.878/0001-14 - Processo nº E-04/034/105528/2018  
Auto de Infração nº 03.577260-7, de 19/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**REPARTIÇÃO FISCAL**  
AFR - 07.01 - CABO FRIO  
Pça. Dom Pedro II, 12 - Lj. 1 Centro - CEP 28905-240 Cabo Frio - RJ

**LINDA MOZZARELLA LATÍNICIOS FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LTDA**  
Inscrição Estadual 78.591.790 - Processo nº E-04/034/004293/2018  
Auto de Infração nº 03.531098-0, de 18/05/2017  
Valor reclamado: R\$ 1.509,97.

**REPARTIÇÃO FISCAL**  
AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS  
Av. Doutor Manuel Teles Nº 77 S/J Centro - CEP 25010-090 Duque de Caxias - RJ

**AM5 TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI EPP**  
Inscrição Estadual 86.602.822 - Processo nº E-04/034/100449/2018  
Auto de Infração nº 03.526880-4, de 03/05/2017  
Valor reclamado: R\$ 1.534,47.

**PEDRO DASILVA CORTES**  
CPF 155.300.597-08 - Processo nº E-04/034/105461/2018

Auto de Infração nº 03.574552-0, de 23/10/2018  
Valor reclamado: R\$ 3.293,89.

**REPARTIÇÃO FISCAL**  
PCF - 99.12 - 01 NHANCAPI  
Rodovia Presidente Dutra Km 324 CEP 27580-000 Itaitiaia - RJ

**AMLOGTRANS TRANSPORTES & LOGÍSTICA LTDA**  
CNPJ .187.350/0001-00 - Processo nº E-04/046/105614/2018  
Auto de Infração nº 03.579183-9, de 22/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 4.238,50.

**ESCAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA**  
CNPJ 3.729.363/0001-50 - Processo nº E-04/046/102616/2018  
Auto de Infração nº 03.572996-1, de 30/08/2018  
Valor reclamado: R\$ 13.327,99.

**EXPRESSO RODA BRASIL EIRELI**  
CNPJ 4.405.310/0001-47 - Processo nº E-04/211/001243/2019  
Auto de Infração nº 03.584962-9, de 18/01/2019  
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

**FANAVID FABRICA NACIONAL DE VIDROS DE SEGURANÇA LTDA**  
CNPJ 2.286.613/0009-10 - Processo nº E-04/046/105582/2018  
Auto de Infração nº 03.580376-6, de 20/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 3.552,26.

**IMPACTO SOLUCOES EM ESCADAS E SUPORTES LTDA**  
CNPJ 10.570.925/0001-21 - Processo nº E-04/046/105287/2018  
Auto de Infração nº 03.579165-4, de 15/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**LEEDSAY INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA**  
CNPJ 8.116.472/0001-18 - Processo nº E-04/046/105296/2018  
Auto de Infração nº 03.579180-5, de 14/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 6.912,67.

**LIBERT TRANSPORTES & CIA LTDA EPP**  
CNPJ 13.664.497/0001-94 - Processo nº E-04/046/105549/2018  
Auto de Infração nº 03.575624-6, de 19/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**PET EXPRESS DIST. DE PRODUTOS PARA ANIMAIS E TRANSPORTE**  
CNPJ 17.318.271/0001-92 - Processo nº E-04/046/105246/2018  
Auto de Infração nº 03.577511-3, de 18/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 35.816,97.

**RODOVIARIO CAMILO DOS SANTOS FILHO LTDA**  
CNPJ 19.451.038/0002-03 - Processo nº E-04/046/105564/2018  
Auto de Infração nº 03.579837-0, de 21/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**SIMEIRA LOGISTICA LTDA**  
CNPJ 8.310.367/0001-13 - Processo nº E-04/046/105588/2018  
Auto de Infração nº 03.580396-5, de 20/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**SUPRICEAL LOGISTICA LTDA**  
CNPJ 3.077.452/0016-46 - Processo nº E-04/046/105596/2018  
Auto de Infração nº 03.580271-9, de 20/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**TELEBRASIL TRANSPORTES LTDA**  
CNPJ 307.847/0001-13 - Processo nº E-04/046/105546/2018  
Auto de Infração nº 03.575645-6, de 19/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**TKE - TRANSPORTES KARGO EXPERT DE CEREJAS LTDA**  
CNPJ 5.127.341/0002-27 - Processo nº E-04/046/105560/2018  
Auto de Infração nº 03.579327-7, de 21/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

**TRANSPORTES ROSSO EIRELI**  
CNPJ 9.229.746/0001-48 - Processo nº E-04/046/105548/2018  
Auto de Infração nº 03.575622-0, de 19/11/2018  
Valor reclamado: R\$ 1.482,25.

Id: 2166817

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EDITAL

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA convoca a SRA. ELISABETE FERRAZ BARBOSA para comparecer na agência Central (endereço: Rua da Quitanda, nº 108 - Centro - RJ, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data desta publicação, munida dos documentos de identidade, CPF, comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo) para tomar ciência no Processo nº E-01/009/347/2013. Informa-se que em caso de não comparecimento e/ou não atendimento ao solicitado, o pagamento do benefício de pensão será suspenso. Ligar para o telefone 0800 285 5191, a fim de marcar agendamento.

Id: 2166796

Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico e Geração de Emprego e Renda

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 2º Termo Aditivo e de Rerratificação ao Contrato nº 03/2018.  
**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda e a Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A - EBEC.  
**OBJETO:** Suprimento quantitativo do Contrato nº 005/2017, relativo à prestação de serviços de locação de veículos.  
**VALOR SUPRIMIDO:** 44.706,88 (quarenta e quatro mil setecentos e seis reais e oitenta e oito centavos).  
**VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R\$ 479.002,52 (quatrocentos e setenta e nove mil dois reais e cinquenta e dois centavos).  
**DATA DA ASSINATURA:** 18/02/2019.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-22/001/362/2017.

Id: 2166861

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo e de Rerratificação ao Contrato nº 03/2018.

**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda e a Empresa Investiplan Computadores e Sistemas de Refrigeração Eireli.

**OBJETO:** Acréscimo quantitativo do Contrato nº 003/2018, relativo à prestação de serviços especializados de locação de estações de trabalho.  
**VALOR ACRESCIDO:** R\$ 37.830,24 (trinta e sete mil oitocentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).  
**VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R\$ 235.988,64 (duzentos e trinta e

Id: 2166862

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS  
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

**INSTRUMENTO:** Ata de Registro de Preço nº 031/2019-FUSPOM.  
**OBJETO:** Aquisição de Insumos de Cirurgia Geral.  
**PARTE:** SEP e a empresa HPF SURGICAL LTDA - CNPJ: 68.532.076/0002-82.  
**PRazo:** 12 (doze) meses, a partir desta publicação.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).  
**DATA DA ASSINATURA:** 12/02/2019.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-09/106/037/2018 (Pregão Eletrônico nº 066/2018)

Lote/Item	Descrição	ID SIGA	Quantidade	Preço Unitário Registrado R\$	Preço Global Registrado (Estimado) R\$
3/3	CLIP LIGADURA. MATERIAL: TITANIO. ABERTO: 5,5 MM. TAMANHO: N/D. FECHADO: 8,7 MM Código do Item: 6515.077.0001 (ID - 22331) COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM: A EMPRESA VENCEDORADA DEVERÁ FORNECER 02 (DOIS) CLIPADORES DURANTE O CONTRATO.CLIPES COMPATÍVEIS COM OS MESMOS.MARCA -EUROCLIP	22331	640	25,00	16.000,00

cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

**DATA DA ASSINATURA:** 01/02/2019.  
**FUNDAMENTO DO ATO:** Processo nº E-12/176/119/2018.  
\*Omitido no D.O. de 07/02/2019.

Id: 2166984

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** 1º Termo Aditivo ao Contrato IPERM/RJ Nº 001/2017.  
**PARTE:** Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro - IPERM/RJ e a Empresa Maxval-Rio Locações, Comércio e Serviços Ltda.  
**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses e a redução de 12,78% (doze vírgula setenta e oito por cento), relativo à locação de 160 (cento e sessenta) microcomputadores e 22 (vinte e dois) notebooks, com fundamento no artigo 57, inciso IV, e no inciso I, alínea b, do art. 55, do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.  
**ASSINATURA:** 21/02/2019.  
**EMPHENO:** 2019NE0006.  
**VALOR:** R\$ 589.545,50 (quinhentos e oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 24.564,40 (vinte e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos).  
**FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8666/1993.  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-11/005/614/2016.**  
\*Omitido no D.O. de 22/02/2019.

Id: 2166831

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017.  
**DATA DA ASSINATURA:** 08/01/2019.  
**PARTE:** LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ e MAX SEGURANÇA MÁXIMA LTDA.  
**OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a redução do valor contratado, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público.  
**FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.  
**PROCESSO Nº E-12/080/671/2016.**  
\*Omitido no D.O. de 10.01.2019.

Id: 2166827

## Secretaria de Estado de Polícia Militar

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2017.  
**PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa KIOTO AMBIENTAL LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviços contínuos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a fim de suprir as necessidades do HCPM, HPM-NIT, OCPC, PPM-SJM, PPM-OLA, PPM-CASC, BAC, RPMONT(RECS), SASP/QG, 31º BPM, APM/CFAP, CFRPM e UMV ESQUADRÃO ESCOLA DE CAVALARIA. **PRazo:** 08/03/2019, a 07/03/2020. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 615.444,72 (seiscentos e quinze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 28/02/2019. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo nº E-09/115/152/2016.  
\*Omitido no D.O. de 07.03.2019.

**INSTRUMENTO:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 031/2017.  
**PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a Empresa SERVICEST RIO DE JANEIRO LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviços contínuos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a fim de suprir as necessidades do HCPM, HPM-NIT, OCPC, PPM-SJM, PPM-OLA, PPM-CASC, BAC, RPMONT(RECS), SASP/QG, 31º BPM, APM/CFAP, CFRPM e UMV ESQUADRÃO ESCOLA DE CAVALARIA. **PRazo:** 08/03/2019, a 07/03/2020. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 233.502,72 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 28/02/2019. **FUNDAMENTO DO ATO:** Processo Administrativo nº E-09/115/152/2016.  
\*Omitido no D.O. de 07.03.2019.

Id: 2166601

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2016. **PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviço contínuos de cozinha e copelagem nas Unidades beneficiárias da PMERJ. **PRazo:** 01/02/2019 a 09/05/2019. **VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS:** R\$ 241.236,20 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e seis reais e vinte centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 07/03/2019. **DO ATO:** O decido no Processo Administrativo nº E-09/094/923/2015. Pregão nº 010/2016-PMERJ.

Id: 2166826

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2016. (Re-pactuação). **PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviço contínuos de cozinha e copelagem nas Unidades beneficiárias da PMERJ. **PRazo:** 01/03/2017 a 31/12/2017. **VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS:** R\$ 344.429,88 (trezentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 28/02/2019. **DO ATO:** O decido no Processo Administrativo nº E-09/094/923/2015. Pregão nº 010/2016-PMERJ.

Id: 2166786

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2016. (Re-pactuação). **PARTE:** Secretaria de Estado de Polícia Militar e a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviço contínuos de cozinha e copelagem nas Unidades beneficiárias da PMERJ. **PRazo:** 01/03/2017 a 31/12/2017. **VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS:** R\$ 301.711,94 (trezentos e um mil setecentos e onze reais e noventa e quatro centavos). **DATA DA ASSINATURA:** 28/02/2019. **DO ATO:** O decido no Processo Administrativo nº E-09/094/923/2015. Pregão nº 010/2016-PMERJ.

Id: 2166787